



ALACIP 2022 – Mesa 174 – Comportamiento Político y Clivajes

## QUEM É “POBRE DE DIREITA” NO BRASIL?

Ideologia, voto e clivagens sociais<sup>1</sup>

Gustavo César M. Ribeiro<sup>2</sup>

Pedro Henrique Marques<sup>3</sup>

---

<sup>1</sup> Versão preliminar do artigo. Por favor, não citar sem autorização dos autores.

<sup>2</sup> Professor Adjunto – Programa de Pós-Graduação em Ciência Política – Universidade Federal do Pará (gcmribeiro@ufpa.br).

<sup>3</sup> Doutorando em Ciência Política – Programa de Pós-Graduação em Ciência Política – Universidade Federal de Minas Gerais (pedrohenriquemarques91@gmail.com).

## 1. Introdução

Desde que os termos esquerda e direita emergiram na Assembleia revolucionária francesa como um binômio que expressava e sintetizava um conjunto de posições políticas, os conteúdos desses termos variaram bastante histórica e regionalmente sem que perdessem, no entanto, o seu conteúdo original. Nele, opunha-se a direita como símbolo de manutenção da ordem social à esquerda como uma proposta de mudança numa direção igualitarista (Bobbio, 2001). De forma tal que a expressão eleitoral dessa oposição, desde o advento das democracias de massa, concorreu para um alinhamento entre os partidos de esquerda e as camadas mais pobres da população, por um lado, e entre a direita e os grupos mais abastados socialmente, por outro (Lipset e Rokkan, 1967).

Dada a importância que essa divisão assumiu, principalmente entre sistemas partidários de países capitalistas centrais na segunda metade do século XX, parece contraintuitiva percepção que a direita, seja em termos eleitorais, seja ideológicos, tenha, mesmo nesses contextos, mantido poder de atração entre grupos mais socialmente destituídos (Parkin, 1967). O que faz florescer o paradoxo: por que alguns pobres, mesmo que, em tese, tenham a se beneficiar das políticas redistributivas que a esquerda defende, preferem partidos e candidatos de direita?

Na esteira desse dilema, um conjunto de explicações foram formuladas e estudadas. Elas vão desde questões sociológicas e estruturais, tais como o papel de pressões sociais (Lazarsfeld, Berelson e Gaudet, 1968; Parkin, 1967) ou o ressentimento econômico (Han, 2016) a outras de fundo moral, como a rejeição de direitos a minorias como imigrantes e homossexuais (Ares, 2022). Entre os estudos que evidenciam essas últimas estão presentes, dentre outros, aqueles que demonstram o quanto os partidos de extrema direita contemporâneos conseguem estabelecer bases eleitorais entre trabalhadores ao rivalizar com seus adversários na esfera cultural (Oesch, 2008; Oesch e Rennwald, 2018).

No Brasil, esse *puzzle* está presente no próprio imaginário e nos debates políticos cotidianos, nos quais o “pobre de direita” vira uma categoria com certa conotação pejorativa a ocupar o discurso principalmente de agentes políticos mais à esquerda (Pinheiro-Machado, 2016). Apesar da relevância da questão, pouco foi feito para estudá-la de forma mais sistemática, no âmbito da academia. Ademais, embora os estudos brasileiros sobre comportamento político tenham identificado uma adesão eleitoral da maioria dos mais pobres aos partidos e candidatos de esquerda, ainda prevalece o dissenso, nesse campo de estudos, sobre se tal adesão é feita em bases ideologicamente sofisticadas ou não (Singer, 2012, 2022;

Reis, 1988). Some-se a esses fatores o fato de que a mudança de conjuntura conta. Desde 2018, o Brasil tem um presidente de extrema direita, Jair Bolsonaro, que, além de afirmar enquanto tal, tem um discurso altamente centrado em referências conservadoras e autoritárias. Uma vez que se espera que os sinais emitidos pela elite política tenham ressonância no eleitorado (Zaller, 1992), estudos mais aprofundados acerca das possíveis influências de lideranças como Bolsonaro em eleitorados mais pobres ainda está por se fazer.

Mas, afinal de contas, dentro da diversidade do público brasileiro, existe ou não, como um fenômeno de dimensões substantivas, o “pobre de direita”? Se sim, o que o explicaria? Este *paper* se endereça ao estudo dessas duas questões principais. No presente trabalho, buscamos compreender as relações entre pobreza e ideologia no Brasil. Especificamente, tentamos analisar a extensão do fenômeno do “pobre de direita” entre o público de massas brasileiro e se existe ou não um conteúdo ideológico e programático conservador associado a essa posição. Para tanto, utilizamos dados advindos da onda de 2019 do Lapop / Barômetro das Américas (LAPOP, 2019) e produzimos operacionalizações originais tanto das variáveis de ideologia, quanto em relação à medida de pobreza. Nossos resultados indicam que é bastante diminuta a proporção de pobres de direita no país. Além disso, no tocante ao objetivo de explicar essa adesão, identificamos que, diferentemente do que ocorre nos estratos de renda média e superior, é o conservadorismo popular e não o liberalismo econômico o principal condicionante.

## **2. Aspectos teóricos**

É recorrente, na literatura sobre clivagens sociais e comportamento político, o recurso ao pressuposto de que os interesses materiais de indivíduos em diferentes estratos sociais estão associados às suas atitudes políticas (Lipset, 1959a; Manza, Hout e Brooks, 1995). Especialmente, os que estão imersos nas camadas sociais mais socialmente desprovidas demandariam melhorias em suas condições de vida (em termos de renda, condições de trabalho e tempo livre, Wright, 2000) e, portanto, seriam mais afeitos a se identificar com partidos e lideranças de esquerda, geralmente defensores de plataformas políticas baseadas em medidas econômicas redistributivas (Evans, 2000). Por extensão, a adesão de classes subalternas à direita, o campo oposto em termos econômicos, significaria uma inversão dessa expectativa teórica, levando a um quadro contraintuitivo. Tendo em vista seus interesses materiais, “por que alguns indivíduos pobres usam seus votos para fortalecer o sucesso eleitoral de partidos que se opõem a redistribuição?” (Huber e Stanig, 2007, tradução nossa).

Alguns autores buscam respostas a esse questionamento em explicações de base sociológica, tais como a falta de acesso a subsistemas valorativos advindos da participação em sindicatos ou da inserção em ocupações e comunidades que privilegiam a interação com outros trabalhadores (Parkin, 1967). Igualmente, as pressões sociais cruzadas (Lazarsfeld, Berelson e Gaudet, 1968), especialmente quando se leva em conta as interações entre renda e religião, teriam o efeito de “distrair” os mais pobres de seus interesses materiais quando da formação de suas preferências políticas (Huber e Stanig, 2007; De La O e Rodden, 2008). Ainda em uma chave mais estrutural, autores como Han (2016) demonstram que, em contextos de aumento das desigualdades de renda, os estratos sociais com maiores perdas econômicas tendem a assumir identidades nacionalistas, em detrimento das de classe, o que tenderia a favorecer partidos populistas de direita.

Para além das explicações sociológicas e estruturais, fatores políticos e não materiais são considerados como condicionantes da adesão das classes mais desfavorecidas à direita. No que diz respeito às influências do campo da oferta política, espera-se que os posicionamentos de partidos e lideranças acerca de *issues* fundamentais suscitem padrões de atitudes e comportamentos diferentes entre as classes (Ares, 2022). Ademais, a ausência de partidos e lideranças com propostas claramente redistributivas nas disputas eleitorais pode levar ao declínio de fenômenos como o voto de classe e, conseqüentemente, a realinhamentos à direita (Evans e Tilley, 2017; Mainwaring, Torcal e Somma, 2015). Aprofundando esse diagnóstico, Oesch e Rennwald (2018) demonstram como os partidos de extrema direita europeus conseguem avançar sobre as bases proletárias da esquerda ao polarizar com seus adversários na dimensão cultural. De tal maneira que os autores chegam a identificar uma nova configuração da disputa pelo voto de classe, na qual, em um espaço “tripolar”, esquerda e direita tradicionais rivalizam em questões econômicas, estabelecendo divisões entre classes trabalhadoras e médias, ao passo que, em questões não materiais, a direita radical duela com os partidos *mainstream* arregimentando grupos de trabalhadores, mas igualmente porções importantes da pequena burguesia.

A ascensão de partidos e lideranças de extrema direita reconfigura o problema da adesão dos mais desfavorecidos a esse campo político. O diagnóstico de proletarização dos partidos da direita radical na Europa (Oesch, 2008) ou mesmo da ampliação de bases republicanas entre eleitores da classe trabalhadora branca nos Estados Unidos, que culminou com a eleição de Trump, em 2016 (Carnes e Lupu, 2020), põem em evidência questões como o ressentimento econômico dos derrotados pela modernidade (Han, 2016) e, principalmente, a saliência de temas no campo cultural, tais como os direitos de minorias e de imigrantes. Dessa

forma, Oesch (2008) evidencia a prevalência de temas culturais, em comparação aos econômicos, para se compreender o apelo do populismo de direita europeu entre as classes populares. Decompondo os efeitos da imigração sobre o voto em elementos culturais (afirmação de identidades nacionais) e econômicos (pressão sobre emprego e salários), o autor encontra nos primeiros os principais condicionantes da sobrerepresentação de trabalhadores no eleitorado daqueles partidos.

Frente a resultados como esses, há de se questionar o impacto de variáveis identificadas com a dimensão cultural da ideologia sobre o voto dos pobres em contextos como o analisado no presente trabalho. Frente às mudanças introduzidas no campo da oferta política a partir da vitória da extrema direita em uma eleição presidencial, com Jair Bolsonaro, em 2018, e, principalmente, tendo em vista a exploração conservadora de temas na esfera cultural por ele feita em seus discursos, é possível conjecturar que os principais condicionantes da adesão dos eleitores brasileiros mais pobres à direita sejam encontrados nas preferências conservadoras na dimensão ideológica não material. Porém, antes de propriamente formular hipóteses nesse sentido, é necessário atentar a algumas especificidades.

Em primeiro lugar, há de se identificar que, para além das contribuições originais da literatura sobre o voto em partidos de extrema direita contemporâneos, as discussões sobre as ambivalências ideológicas dos mais pobres remetem a teses como a do autoritarismo da classe trabalhadora, produzida originalmente por Lipset (1959). Conforme as formulações desse autor, o modo de vida dos trabalhadores seria capaz de explicar a adesão desse grupo simultaneamente a preferências redistributivistas, na esfera econômica, e conservadoras, na dimensão não material. Embora a literatura posterior tenha contribuído para matizar as formulações de Lipset, principalmente no sentido de identificar condicionantes específicos para as preferências classistas seja na esfera econômica (Svallfors, 2004), seja na esfera cultural (Werfhorst e De Graaf, 2004), sua tese fundamental persistiu e suscitou pesquisas mesmo muito após sua formulação original (Napier e Jost, 2008). De forma tal que, a partir dessa chave interpretativa, é possível compreender de forma diferente o apelo que partidos e lideranças de direita têm frente aos grupos mais destituídos socialmente. Ao contrário do que um desvio ideológico dos pobres em relação a seus interesses materiais, a escolha por partidos e candidatos de direita desvelaria a mobilização de tendências conservadoras que igualmente constituiriam suas preferências ideológicas.

Em segundo, o debate sobre pobreza e adesão à direita no Brasil apresenta características peculiares que precisam ser consideradas. Sobretudo, é preciso ter em vista a

existência de uma “direita popular” no âmbito do eleitorado (Pierucci, 1989). Partindo das análises de Singer (2012; 2022), é possível se afirmar que ela se manifestaria de duas formas. Uma primeira diz respeito à adesão intuitiva à uma concepção de direita como manutenção da ordem social, especialmente entre o subproletariado. Já a segunda parte especificamente do posicionamento de indivíduos em estratos sociais mais precários majoritariamente à direita em escalas ideológicas simbólicas (Singer, 2022). Analisando dados da manifestação ideológica por escolaridade, advindas de pesquisas como o ESEB e Datafolha, o autor identifica maiores percentuais de adesão à direita entre eleitores com baixa formação escolar. O potencial de adesão à direita entre os mais pobres é especialmente ativado em conjunturas nas quais o governo federal é ocupado por presidentes de centro ou extrema direita.

Tendo em vista essas contribuições da literatura, é possível fazer breves destaques críticos e, subsequentemente, enunciar nossas hipóteses. Ao contrário de medidas simbólicas de ideologia, como a utilizada por Singer (2022), acreditamos ser necessária a formulação de um indicador multivariado para essa variável. Isso deve principalmente às reticências presentes na literatura em relação as escalas de autolocalização ideológica simbólica. Elas partem, principalmente, da compreensão de que muitos eleitores, principalmente os de menor sofisticação política, não compreendem tal escala (Oliveira e Turgeon, 2015; Pereira, 2020). Consequentemente, ao unir tal escala às escolhas eleitorais, chegamos a uma medida na qual os eleitores são posicionados, de forma consistente, nos diferentes campos ideológicos. Por um lado, ao assim proceder, evitamos, por exemplo, classificar como de esquerda um entrevistado que tenha assim se localizado na escala ideológica, mas votado em Bolsonaro, em 2018. Por outro, em termos descritivos, esperamos que poucos eleitores sejam consistentemente ideológicos. Ademais, dado o apelo eleitoral da esquerda entre os mais pobres, igualmente conjecturamos que tal grupo seja o que apresente os menores percentuais de adesão à direita.

Seguindo as pistas sugeridas pela literatura, tomamos o conservadorismo moral como um condicionante da escolha dos pobres pela direita. Como uma *proxy* para essa dimensão ideológica, utilizaremos uma escala de concordância com o direito ao casamento civil por parte de casais homoafetivos. Dessa forma, é possível enunciar a seguinte hipótese:

*H<sub>1</sub> – Hipótese do conservadorismo Moral – Quanto menor o apoio ao direito ao casamento civil de casais homoafetivos, maiores as chances de que um indivíduo pobre seja de direita.*

Para efeitos de comparação, esperamos também que a oposição à redistribuição condicione a escolha dos pobres pela direita. Para essa dimensão, utilizaremos pela utilização de uma

escala de concordância com medidas, por parte do Estado, no sentido de diminuir as desigualdades sociais. Sendo assim, formulamos uma segunda hipótese:

*H<sub>2</sub> – Hipótese da rejeição ao redistributivismo – Quanto menor o apoio à ação do Estado na redução de desigualdades, maiores as chances de que um indivíduo pobre seja de direita.*

Assim como nas análises de Oesch (2008) para os partidos de extrema direita europeus, esperamos que a magnitude do efeito do conservadorismo moral seja maior do que o da rejeição ao redistributivismo.

### **3. Estratégias Metodológicas**

Para tentar dimensionar a extensão do fenômeno dos "pobres de direita" no Brasil e testar nossas hipóteses, três definições foram centrais – a fonte de dados e as operacionalizações dos conceitos de ideologia e pobreza (através da renda). Quanto à primeira definição, optamos por trabalhar com o Lapop 2019, especialmente devido à sua considerável oferta de variáveis acerca de *issues* ideológicos.

No que diz respeito à medida de ideologia, partimos da combinação de duas variáveis: a autolocalização ideológica numa escala de 0 a 10 e a direção ideológica do voto para presidente. Assim, consideramos como sendo de direita aqueles indivíduos que se localizavam à direita na escala (ou seja, nos escores mais altos) e, ao mesmo tempo, votavam em algum candidato de direita. Assim, adotamos uma posição cética em relação a autodeclaração ideológica tomada isoladamente – o que nos leva a uma medida mais exigente e mais válida. Como resultado, temos uma variável binária que distingue os entrevistados de direita (i.e. que se posicionam ideologicamente e votam na direita) dos demais.

Em relação à variável de pobreza, elaboramos uma nova medida a partir da recodificação da variável de renda familiar presente no Lapop 2019. Nela, diferenciamos os pobres dos entrevistados localizados nos estratos de renda intermediária e dos ricos. Dessa forma, tomamos o limite de 1 Salário Mínimo (SM), tendo em vista o total de rendimentos familiares, para designar a faixa de pobreza (assim como definido por Freire et al., 2000). No sentido oposto, designamos aqueles com renda familiar acima de R\$ 2901 como pertencentes à categoria ricos, dado que este seria a faixa mais próxima a identificar o último decil da distribuição de renda. Os demais entrevistados foram designados como pertencentes à categoria de renda intermediária.

É importante destacar que utilizamos aqui uma medida mais estrita de renda, tendo em vista comparar os pobres com os demais estratos. Consequentemente, tal medida não pode ser utilizada como uma *proxy* para o conceito de classes sociais – que demandaria, por seu turno, variáveis ocupacionais para sua medição (Goldthorpe, 2000). Classes, estritamente, dizem respeito às posições dos indivíduos na estrutura social – é a partir de tais posições que eles podem adquirir recursos como a renda (e não o contrário, como, aliás, demonstra a literatura sobre estratificação social no Brasil, Ribeiro e Carvalhães, 2020). Assim sendo, na estratégia metodológica, assumimos uma postura mais exigente em relação à definição do conceito de pobreza, ao contrário do que foi feito na revisão de literatura, na qual renda e classes sociais foram mencionadas de forma mais lata e mesmo intercambiável. Tal postura se impõe frente à relevância do fenômeno em análise – na esfera pública brasileira, afinal, tem sentido falar em “pobres de direita” (demandando, assim, uma medida de pobreza) e não em “trabalhadores de direita” (como poderia ser formulado a partir de uma compreensão com base no conceito de classes sociais).

A partir dessas definições metodológicas principais, produzimos dados descritivos e modelos de regressão logística. Adicionalmente, na parte descritiva, criamos uma tipologia a partir da qual é possível distinguir o posicionamento ideológico no interior de cada grupo de renda. Dessa forma, ela é composta pelas categorias de “pobres de direita” e “pobres que não são de direita”, indivíduos de “renda intermediária” e de “renda intermediária que não são de direita”, “ricos de direita” e “ricos que não são de direita”.

Por fim, para testar nossas hipóteses, formulamos seis modelos de regressão logística, os quais serão apresentados em dois conjuntos. Em cada um desses conjuntos há um modelo que corresponde a uma categoria da variável de renda. Em todos os modelos, a medida que criamos para mensurar ideologia é a variável dependente. No primeiro conjunto (modelos de 1 a 3), destinado a testar a hipótese de conservadorismo moral, a variável independente de interesse é o posicionamento individual em relação ao direito ao casamento civil, por parte de casais homoafetivos. Já no segundo (modelos de 4 a 6), relativo a hipótese de redistributivismo, a variável independente é posicionamento frente a assertiva de que o Estado deve implementar políticas para combater a desigualdade. Em ambas as variáveis independentes, mantivemos as escalas originais, que vão de 1 a 7 e 1 a 10, respectivamente. Aqui, naturalmente, quanto menor a concordância em relação aos dois pontos, maior o conservadorismo. Ao fim e ao cabo, nossos modelos testam se as variáveis de interesse se associam ou não a um aumento nas chances de ser de direita entre os diferentes segmentos de renda. Esse desenho nos permite identificar como essas posições mais ou menos



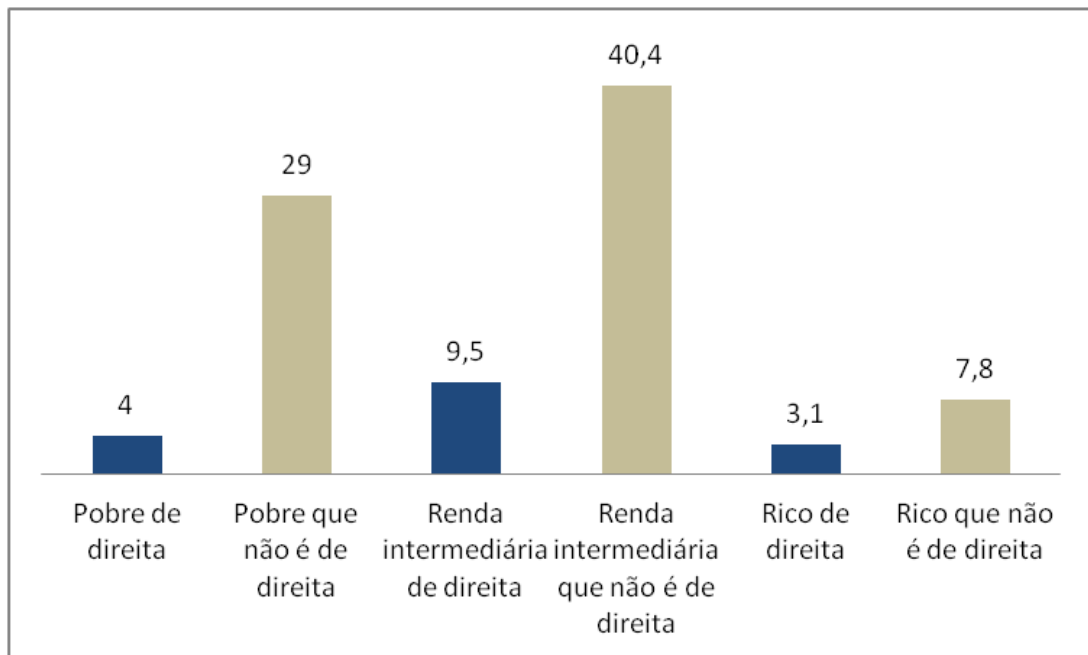
conservadoras, no plano moral, ou mais ou menos redistributivistas, no econômico, contribuem para os eleitores estarem à direita e se há diferenças entre os mais pobres em comparação às outras faixas de renda. Além disso, a adoção dos modelos de regressão nos permitiu controlar por um conjunto de variáveis sociodemográficas que se associam à pobreza e ao conservadorismo, como o maior pertencimento ao grupo evangélico e a menor escolaridade.

#### **4. Resultados**

Em primeiro lugar, cumpre destacar a diminuta proporção de eleitores brasileiros pertencentes à categoria “de direita”, ou seja, que votam na direita e se autolocalizam na direita. Apenas 16,6% do eleitorado se encaixa nessa classificação. Além disso, com expresseo no Gráfico 1, vemos que essa proporção é pequena e minoritária em todos os estratos de renda – embora sua proporção relativa seja maior à medida que aumenta a renda chegando a quase  $\frac{1}{4}$  entre os mais ricos. Por fim, vemos que cerca de 13% dos pobres são de direita, o que significa que apenas 4% de toda nossa amostra de eleitores é pertencente a categoria “pobre de direita”. Tal resultado, indica que o tipo pobre de direita se aproxima muito mais de um tipo de mito da política brasileira, do que de uma categoria ampliada e eleitoralmente muito significativa.

Mas, o que explicaria a adesão dos mais pobres a esse grupo? Levando em consideração as posições mais ou menos conservadoras no tocante à redistribuição de renda e costumes, a resposta parece ser de fato o conservadorismo moral. Isso porque não há diferenças estatisticamente significantes no tocante à variável de redistribuição estudada entre as demais categorias e o pobre de direita. Ambos são igualmente favoráveis à adoção de políticas firmes por parte do Estado para diminuir a desigualdade de renda entre ricos e pobres no país. Porém, chama atenção que a categoria de pobres de direita é a que mais discorda de que os homossexuais deveriam ter o direito de se casar, diferença esta que é estatisticamente significativa em relação à todas as outras categorias.

Gráfico 1 - Proporção pertencente a cada categoria da tipologia de renda e ideologia.  
Lapop 2019



Fonte: Elaboração própria; Lapop (2019)

Tabela 1 - Posições redistributivas e de costumes por categoria de renda e ideologia

Categoria	Concordância com o combate estatal à desigualdade de renda (1 discorda muito – 7 concorda muito)	Concordância com o direito dos homossexuais se casarem (1 discorda muito – 10 concorda muito)
Pobre de direita	5,72	3,78
Pobre que não de direita	5,07	5,51
Renda intermediária de direita	6,05	5,43
Renda intermediária que não de direita	5,57	5,94
Rico de direita	5,58	7,42
Rico que não de direita	5,37	6,75

Fonte: Elaboração própria; Lapop (2019)

Por fim, nos modelos logísticos seguintes testamos como o conservadorismo moral e econômico se associam com o alinhamento à direita entre os diferentes segmentos de renda. Tal recurso, como discutido acima, visa inferir como posições mais ou menos conservadoras se associam com o posicionamento à direita e se há variação nessa contribuição entre as faixas de renda. Nossos resultados, como pode-se ver na Tabela 2, mostram que entre os pobres, ser a favor dos homossexuais terem o direito de se casarem se associa negativamente com a chance de ser de direita, fato que não se repete nos demais segmentos de renda. Tal resultado indica que dentro dessa categoria (e apenas dela) o conservadorismo moral explica em grande parte o alinhamento à direita, mesmo quando controlamos por sexo, escolaridade, idade e religião.

Tabela 2 - Coeficientes de regressão para a medida de casamento homossexual

Variável	Modelo 1- Entre os pobres	Modelos 2 Entre os de renda intermediária	Modelo 3 - Entre os ricos
A favor do casamento	-0.119**	0.009	0.076
	(0.048)	(0.031)	(0.061)
Homem	0.247	0.363*	1.041**
	(0.305)	(0.212)	(0.423)
Idade	0.010	0.022***	0.032**
	(0.010)	(0.006)	(0.013)
Outras Religiões	-0.006	0.309	0.139
	(0.468)	(0.300)	(0.470)
Evangélico	0.103	0.729***	0.700
	(0.373)	(0.246)	(0.530)
Frequentou a universi.	1.394**	0.590**	0.471
	(0.659)	(0.294)	(0.416)
Constant	-2.040***	-2.989***	-3.832***
	(0.650)	(0.434)	(0.860)
Observations	489	714	157
Log Likelihood	-110.567	-239.380	-63.027
Akaike Inf. Crit.	235.134	492.759	140.054

Nos modelos cuja variável explicativa foi a concordância com a necessidade de o Estado adotar políticas de redistribuição de renda, por sua vez, os resultados confirmam mais uma vez a hipótese de que é o conservadorismo moral e não o econômico que explicam a adesão dos pobres à direita. A associação entre as variáveis de redistributivismo e adesão à direita vai no sentido mais contraintuitivo possível: quando maior a concordância com o papel redistributivo do Estado maior a chance de ser de direita entre os pobres, fato que também se repete entre os segmentos de renda média mas não para os ricos. Tal resultado mostra mais uma vez a força da nossa narrativa, indicando até mesmo um certo nível de incoerência ideológica por parte dos mais pobres no tocante à dimensão econômica.

Tabela 3 - Coeficientes de regressão para a medida de redistributivismo

Variável	Modelo 1- Entre os pobres	Modelos 2 Entre os de renda intermediária	Modelo 3 - Entre os ricos
A favor do casamento	0.172** (0.081)	0.208*** (0.067)	0.040 (0.105)
Homem	0.379 (0.300)	0.399* (0.212)	0.825* (0.426)
Idade	0.016* (0.009)	0.021*** (0.006)	0.030** (0.012)
Outras Religiões	-0.102 (0.454)	0.273 (0.305)	0.172 (0.471)
Evangélico	0.329 (0.339)	0.694*** (0.233)	0.392 (0.497)
Frequentou a universi.	1.177** (0.582)	0.576* (0.300)	0.584 (0.410)
Constant	-3.880*** (0.688)	-4.112*** (0.524)	-3.280*** (0.884)
Observations	495	718	161
Log Likelihood	-111.299	-239.162	-66.393
Akaike Inf. Crit.	236.598	492.323	146.786

## 5. Considerações finais

O presente trabalho buscou analisar a extensão e os condicionantes do fenômeno do pobre de direita no Brasil. Dessa forma, buscamos contribuir, a partir de testes empíricos, com o inédito dimensionamento de fenômeno presente na gramática da disputa política brasileira. Para tanto, utilizamos dados do Lapop 2019 (LAPOP, 2019) e formulamos uma medida original para ideologia (baseada na adesão à direita tanto em termos eleitorais quanto de autolocalização ideológica), além de operacionalizarmos o conceito de pobreza através de medidas de renda.

Nossos resultados demonstram, inicialmente, que os “pobres de direita” representam porção diminuta do eleitorado brasileiro. Dessa forma, tal dado vai ao encontro de estudos anteriores que identificavam menores níveis de consistência ideológica entre esse grupo (Singer, 2022). Não obstante, as principais implicações desse achado são as de que, primeiro, embora habite os discursos de atores políticos diversos no Brasil, a figura do pobre de direita não se constitui em um fenômeno de massa. Em segundo, essa constatação concorre para identificar as limitações da direita, mesmo em um contexto de ascensão de uma liderança como Jair Bolsonaro, no sentido de se demonstrar atrativa politicamente em relação às camadas mais pobres do eleitorado.

Além de dados descritivos, formulamos modelos de regressão logística tendo em vista testar as duas hipóteses produzidas acerca dos condicionantes da adesão dos pobres à direita. Sendo assim, os dados formulados não somente corroboram a hipótese do conservadorismo moral ( $H_1$ ), como vão no sentido contrário esperado pela hipótese da rejeição ao redistributivismo ( $H_2$ ). Dessa forma, conforme o sugerido, é o conservadorismo observado na dimensão ideológica não material a principal variável a condicionar a ativação da direita entre os mais pobres. Por conseguinte, identificamos, no contexto brasileiro, tendências parecidas com as reveladas por estudos acerca da extrema direita em outros países, principalmente em âmbito europeu (Oesch, 2008; Oesch e Rennwald, 2018). Tais dados concorrem para confirmar a noção de que, mesmo que situados e restritos a uma parcela diminuta, há ganhos para a direita ao investir em estratégias políticas baseadas no conservadorismo moral, em detrimento das questões materiais.

## REFERÊNCIAS

- ARES, Macarena. Issue politicization and social class: How the electoral supply activates class divides in political preferences. *European journal of political research*, v. 61, n. 2, p. 503-523, 2022.
- BOBBIO, Norberto. *Direita e Esquerda: razões e significados de uma distinção política*. Unesp, 2001.
- CARNES, Nicholas; LUPU, Noam. The white working class and the 2016 election. *Perspectives on Politics*, v. 19, n. 1, p. 55-72, 2021.
- DE LA O, Ana L.; RODDEN, Jonathan A. Does religion distract the poor? Income and issue voting around the world. *Comparative Political Studies*, v. 41, n. 4-5, p. 437-476, 2008.
- EVANS, G. The continued significance of class voting. *Annual Review of Political Science*, Oxford, v. 3, 2000.
- EVANS, G.; TILLEY, J. *The new politics of class: the political exclusion of the British working class*. Oxford: Oxford University Press, 2017.
- FREIRE, Débora et al. Renda básica emergencial: uma resposta suficiente para os impactos econômicos da pandemia da COVID-19 no Brasil. Nota Técnica. NEMEA-Cedeplar, 2020.
- GIUSEPPE, Ciccolini. We have been left behind, haven't we? Economic status loss, class voting and the populist radical right. Unpublished paper (2021).
- GOLDTHORPE, J. H. *On Sociology: Numbers, Narratives and the Integration of Research and Theory*. Oxford: Oxford University Press, 2000.
- HAN, Kyung Joon. Income inequality and voting for radical right-wing parties. *Electoral Studies*, v. 42, p. 54-64, 2016.
- HUBER, John D.; STANIG, Piero. "Why do the poor support right-wing parties? A cross-national analysis." Unpublished paper, Columbia University, New York (2007).
- LAZARSFELD, Paul F.; BERELSON, Bernard; GAUDET, Hazel. *The People's Choice*. Columbia University Press, 1968.
- LAPOP LAB – Latin American Public Opinion Project. The Americas Barometer: Brazil 2018/2019. (2019) Disponível em: <https://www.vanderbilt.edu/lapop/brazil.php>.
- LIPSET, S. M. Democracy and Working-Class Authoritarianism. *American Sociological Review*, 1959, Vol. 24, No. 4.
- LIPSET, S. M. *Political Man: The Social Bases of Politics*. Garden City, N.Y.: Doubleday, 1959a.

- LIPSET, S. M.; ROKKAN, S. Cleavage structures, party systems and voter alignments: an introduction. In: LIPSET, S.M., ROKKAN, S. (eds). *Party systems and voter alignments*. New York: Free Press, 1967.
- MAINWARING, S.; TORCAL, M.; SOMMA, N. The left and the mobilization of class voting in Latin America. In: CARLIN, R. E.; SINGER, M. M.; ZECHMEISTER, E. J. *The Latin American Voter: Pursuing representation and accountability in challenging contexts*. Ann Arbor: University of Michigan Press, 2015.
- MANZA, J.; HOUT, M.; BROOKS, C. Class voting in capitalist democracies since World War II: dealignment, realignment, or trendless fluctuation? *Annual Review of Sociology*, Palo Alto, v. 21, n. 1, p. 137-162, dez. 1995.
- NAPIER, J. L.; JOST, J. T. The antidemocratic personality revisited: cross-national investigation of working-class authoritarianism. *Journal of Social Issues*, v. 64, n. 3, 2008.
- OESCH, Daniel. Explaining workers' support for right-wing populist parties in Western Europe: Evidence from Austria, Belgium, France, Norway, and Switzerland. *International Political Science Review*, v. 29, n. 3, p. 349-373, 2008.
- OESCH, Daniel; RENNWALD, Line. Electoral competition in Europe's new tripolar political space: Class voting for the left, centre-right and radical right. *European journal of political research*, v. 57, n. 4, p. 783-807, 2018.
- OLIVEIRA, Carlos; TURGEON, Mathieu. Ideologia e comportamento político no eleitorado brasileiro. *Opinião Pública*, v. 21, p. 574-600, 2015.
- PARKIN, Frank. Working-Class Conservatives: A Theory of Political Deviance. *The British Journal of Sociology*, v. 18, p. 278-90, 1967. <https://doi.org/10.2307/588640>.
- PIERUCCI, Antônio Flávio. A direita mora do outro lado da cidade. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 4, n. 10, p. 46-64, 1989.
- PINHEIRO-MACHADO, Rosana. Luzes antropológicas ao obscurantismo: uma agenda de pesquisa sobre o “Brasil profundo” em tempos de crise. *Revista de Antropologia da UFSCar*, v. 8, n. 2, p. 21-28, 2016.
- PEREIRA, Frederico Batista. Non causa pro causa: o voto de direita e esquerda no Brasil. *Opinião Pública*, v. 26, p. 154-179, 2020.
- REIS, Fábio Wanderley. Identidade, política e a teoria da escolha racional. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 3, n. 6, p. 26-38, 1988.
- RIBEIRO, C. A. C.; CARVALHARES, Flávio. Estratificação e mobilidade social no Brasil: uma revisão da literatura na sociologia de 2002 a 2018. In CAMPOS, Luiz Augusto;

- CHAGURI, Mariana; FLEURY, Lorena. *Ciências Sociais Hoje: Sociologia*. São Paulo: Zeppelini Publishers: 2020.
- SINGER, A. Os sentidos do lulismo: reforma gradual e pacto conservador. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.
- SINGER, André. A reativação da direita no Brasil. *Opinião Pública*, v. 27, p. 705-729, 2022.
- SVALLFORS, Stefan. Class, attitudes and the welfare state: Sweden in comparative perspective. *Social Policy & Administration*, v. 38, n. 2, 2004.
- SURYANARAYAN, Pavithra. When do the poor vote for the right wing and why: Status hierarchy and vote choice in the Indian states. *Comparative Political Studies*, v. 52, n. 2, p. 209-245, 2019.
- WERFHORST, H. G.; DE GRAAF, N. D. The sources of political orientations in post-industrial society: social class and education revisited. *British Journal of Sociology*, v. 55, n. 2, 2004.
- WRIGHT, E. O. *Class Counts: comparative studies in class analysis; student edition*. Cambridge: Cambridge University Press, 2000.
- ZALLER, John R. *The nature and origins of mass opinion*. Cambridge: Cambridge university press, 1992.